

Em busca de uma sistematização dos impactos recentes ao campo do jornalismo: pós-verdade, tecnologia e financiamento¹

Jefferson Luiz Schneider Dittrich²

Resumo

A circulação de falsidades com contorno de notícia tem propiciado a banalização da mentira, com a consequente relativização da verdade. A credibilidade e o valor simbólico dos meios de comunicação têm sido reduzidos frente às opiniões pessoais. Paralelamente, a tecnologia e as pressões de ordem econômica nunca pareceram tão determinantes, o que impõe novos desafios para o jornalismo. Desta forma, o presente artigo propõe elementos para a reflexão acerca do apagamento das margens que definiam o jornalismo até cerca de dez anos atrás, e traz uma proposta de sistematização dos impactos sofridos pelo jornalismo enquanto campo social.

Palavras-chave: pós-verdade; economia política da comunicação; convergência tecnológica; teorias do jornalismo.

Introdução

A ampla divulgação de falsidades com contorno de notícia tem propiciado a banalização da mentira, com a consequente relativização da verdade. A credibilidade e o valor simbólico dos meios de comunicação têm sido reduzidos frente às opiniões pessoais. Os fatos passam para o plano de fundo, enquanto a narrativa aufere maior

¹ Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação e Educação pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), e-mail: jefferson.dittrich@gmail.com.

importância. Paralelamente, a tecnologia e as pressões de ordem econômica nunca pareceram tão determinantes para a atuação dos jornalistas enquanto agentes de construção social da realidade, vigilância e formação de uma agenda pública.

Tal estado de coisas impõe um relativamente novo desafio para a manutenção epistemológica do campo do jornalismo, em seu conceito ampliado, que reflete tanto as agruras por que passa enquanto atividade profissional quanto de um posto de vista mais amplo, enquanto campo que se sustenta por suas imbricações e por sua relevância social. Desta forma, o presente artigo propõe elementos para a reflexão acerca do apagamento das margens que definiam o jornalismo até cerca de dez anos atrás.

Tensões intrínsecas

Não é inédita a rede de pressões, sobretudo econômicas e políticas, que o jornalismo precisa enfrentar cotidianamente. Traquina (2004) faz interessante análise desses fatores, ao evidenciar suas tensões e, de certa forma, contradições inerentes:

O polo positivo é o ideológico, em que o jornalismo é definido como um serviço público que fornece informações para o exercício da cidadania, defendendo os cidadãos de abusos de poder. O jornalismo como negócio e as notícias como mercadoria constituem outro polo: o econômico, muitas vezes considerado o polo negativo do campo jornalístico. A existência do segundo atua na constituição do primeiro e, dessa forma, a obsessão pelo lucro diminui os valores associados à ideologia profissional (TRAQUINA, 2004, p.28).

Além destes fatores, há fenômenos mais ou menos recentes que, embora tenham sido tema de diversas análises atestando sua emergência, sobretudo no último quinquênio, ainda não foram suficientemente abordados sob a perspectiva de seus impactos no jornalismo enquanto campo social: a pós-verdade e a tecnologia digital.

É sabido que antes daquilo que entendemos atualmente como jornalismo na era das *Fake News*, nem tudo o que a imprensa dizia era a pura verdade. Sob este prisma, seria razoável propor que o conceito de pós-verdade não é mais do que uma reelaboração de algo que já existia. Mas seria uma simplificação perigosa, já que pós-verdade contém sutilezas que a diferenciam, em essência, da “simples” parcialidade a que a imprensa recorria, digamos, 10 ou 20 anos atrás. E quais seriam tais sutilezas?

Sobretudo, o fato de que se trata de uma mudança estrutural muito mais situada no horizonte da recepção do que no da emissão. Em outras palavras, e de forma a sumarizar seu enunciado, o aparente triunfo da pós-verdade equivale a dizer que o leitor/espectador desistiu da verdade.

Há evidências recentes que sustentam tal hipótese, dentre as quais, por exemplo, uma análise da utilização desenfreada da mentira durante a última campanha presidencial nos Estados Unidos, conforme trazido por Echevarría (2016):

El próximo presidente de los Estados Unidos se había mostrado como un mentiroso empedernido, inmune y desafiante al *factchecking*. [...] Desde el mes de agosto – ya en plena recta final y antes de que arrancaran los debates presidenciales – hasta la víspera electoral, se contabilizaron 217 falsedades, el 79% de Trump y el 21% de Clinton. Esa era la realidad, un mundo donde aparentemente esa misma realidad importaba poco, al menos para una parte de la población (ECHEVARRÍA, 2016, p.10).

Outro caso dogmático é a história, do final de 2015, acerca de David Cameron, então primeiro-ministro do Reino Unido, de que ele teria usado um animal morto como objeto sexual durante uma cerimônia de uma sociedade secreta em Oxford. O caso é tratado pela jornalista britânica Katharine Viner (2016) em artigo publicado no periódico *The Guardian*. Além da óbvia bizarrice do “fato”, chama a atenção da autora a explicação fornecida pela também jornalista e biógrafa que publicaria tal história, para a assumida falta de qualquer evidência que suportasse tal narrativa. Ela teria dito que não tinha certeza de que se tratava de um fato concreto, e que o certo seria que seus leitores decidissem por si. Viner lançou assim sua inquietação:

Esta não foi, naturalmente, a primeira vez que afirmações extravagantes foram publicadas com base em evidências falsas, mas essa era uma defesa extraordinariamente descarada. Parecia que os jornalistas não precisavam mais acreditar que suas próprias histórias eram verdadeiras, nem, aparentemente, precisavam fornecer provas. Em vez disso, coube ao leitor - que nem sequer conhece a identidade

da fonte - decidir por si próprio. Mas com base em quê? Instinto, intuição, humor? (VINER, 2016, tradução nossa).

A autora segue enumerando situações nas quais fatos e evidências foram desprezados ou deturpados, como muitas notícias falsas propagadas pelos defensores do Brexit e durante a disputa ao cargo de primeiro-ministro por Theresa May e Andrea Leadsom, em que ficou evidente o distanciamento dos preceitos (antiquados?) da verdade e a aparente busca por conexões emocionais com leitores/eleitores, muitas vezes utilizando-se de argumentos travestidos de fatos verdadeiros, mas cujo conteúdo essencial era total ou parcialmente falso.

Não deve ser coincidência que o *Trust Barometer*³, pesquisa que identifica tendências de confiança nas instituições, apresentou aumento acentuado, nos últimos cinco anos, no índice de desconfiança na mídia, atingindo globalmente um percentual de 43%, o que significa que, para cada grupo de 100 pessoas, 43 afirmaram não acreditar na mídia. Em termos de Brasil e ainda segundo o estudo, 58% dos brasileiros não sabem diferenciar o que é verdade do que é mentira; 68% não sabem em quais políticos confiar e 75% têm medo que as *fake news* sejam usadas como armas.

No Brasil, enquanto acontecia o impeachment de Dilma Rousseff, muitas das expectativas de um futuro promissor, principalmente na economia, propagandeadas pelos que se opunham à então presidente da República, foram reproduzidas por parte significativa da mídia com menor ceticismo ou profundidade investigativa do que seria técnica e eticamente recomendável. Matéria veiculada pelo jornal O Estado de São Paulo em abril de 2016 vaticinou:

Empresários e representantes das principais entidades da classe no País acreditam que a aprovação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados poderá dar um novo fôlego ao País, se um eventual novo governo se dispuser a colocar em prática as reformas trabalhistas e tributárias, sobretudo. [...] Em coletiva de imprensa, o presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, disse esperar que o término do processo de impeachment

³ Disponível em <https://edelman.com.br/propriedades/trust-barometer-2018>

ocorra o mais rapidamente possível, o que permitiria a retomada da confiança (O ESTADO DE S. PAULO, 2016).

Uma breve análise de conteúdo da matéria completa, cujo excerto mais representativo foi trazido acima, denota que não houve absolutamente nenhum questionamento ou ponto de inflexão na linha narrativa proposta desde a manchete⁴. Por não ser assinada e seguir a estrutura do texto noticioso jornalístico, com lide, fontes, citações literais e indiretas, dentre outros elementos típicos, é possível afirmar que a matéria tenciona transitar como conteúdo jornalístico padrão, embora não apresente o contraditório ou indique a mera possibilidade de que tais previsões de especialistas e representantes de grupos empresariais não se concretizassem.

Financiamento em xeque

Ao lado da pós-verdade como aparente escolha ou caminho traçado, ao menos em parte, por iniciativa do público receptor, há que se dedicar, portanto, atenção especial a uma análise aprofundada dos impactos econômicos ao substrato do campo do jornalismo, sob pena de, academicamente, subverter a percepção do peso e da importância de cada fator para a transformação observada.

Jürgen Habermas, em artigo publicado em 2007 no periódico alemão *Süddeutsche Zeitung*, já chamava a atenção para a necessidade de se buscar alternativas factíveis para o financiamento do jornalismo. Ele destaca que começava a despontar, na ocasião, a percepção de que o jornalismo se superficializava e subvertia sua lógica fundamental:

Sem o fluxo de informações obtidas através de extensa pesquisa, e sem o estímulo de argumentos baseados em uma expertise que não sai barata, a comunicação pública perde sua vitalidade discursiva. A mídia pública, então, deixaria de resistir às tendências populistas e não poderia mais cumprir a função que deveria no contexto de um Estado constitucional democrático (HABERMAS, 2007, tradução nossa).

⁴ O título da reportagem em questão é: “Para empresários, mudança pode dar novo fôlego ao País”.

Aprofundando a análise, Habermas (2007) propõe uma saída inusitada para os padrões brasileiros, mas não tanto se comparada ao universo de várias cadeias europeias, sobretudo de televisão: subsídios públicos. Para ele, se o Estado deve prover oferta contínua e garantir modicidade tarifária para o gás e a energia elétrica, por que não o fazer também em relação ao jornalismo de qualidade?

Desta forma, a comunicação pública é uma força que estimula e orienta as opiniões e desejos dos cidadãos, ao mesmo tempo em que força o sistema político a se ajustar e tornar-se mais transparente. Sem o impulso de uma imprensa formadora de opinião, que informe com fiabilidade e comente diligentemente, a esfera pública perderá esse tipo especial de energia. Quando gás, eletricidade ou água estão em jogo, o Estado deve garantir o fornecimento de energia para a população. Não deveria fazer o mesmo quando esse outro tipo de "energia" está em risco - cuja ausência causará interrupções que prejudicam o Estado? (HABERMAS, 2007, tradução nossa).

De fato, redes como a BBC inglesa, a TV France, a RAI italiana, a TVE espanhola, a RTP portuguesa e a DW alemã são integral ou parcialmente custeadas por verbas públicas e/ou taxas compulsórias cobradas de seus respectivos concidadãos. Embora a proposição de Habermas vá nessa linha, ele reconhece que a solução não é imune a problemas.

Do ponto de vista histórico, há algo contra-intuitivo na idéia de [o Estado] reinar no papel do mercado no jornalismo e na imprensa. O mercado foi a força que criou o fórum de pensamentos subversivos para se emancipar da opressão estatal em primeiro lugar (HABERMAS, 2007, tradução nossa).

A proposição deveria, portanto, ser objeto de observação desconfiada, ao menos como alternativa para o oferecimento de uma espécie de porto seguro ao jornalismo aprofundado, plural, democrático e historicamente responsável que parece em vias de

sucumbir se deixado unicamente sob o manto do trinômio tecnologia/mercado/pós verdade.

Sistematização dos impactos

O império da pós-verdade passa, portanto, pelo espectro do se convencionou chamar de *Fake News*, mas está longe de se limitar a elas. Em um ecossistema em que os algoritmos visam maximizar cliques e visualizações, um jornalismo deontologicamente distante de preceitos de neutralidade antes tidos, ao menos, como meta a ser buscada, acaba por jogar contra si mesmo. Isso quer dizer que não há uma diferença fundamental entre alguém que circula informações falsas, no todo ou em parte, por falta de formação ou mesmo por inclinação político-ideológica, e um jornalista no exercício de sua profissão, em um portal de notícias da chamada grande mídia, se o objetivo final for uma corrida por cliques. Sobre isso, é interessante voltar ao que diz Viner (2016):

A mudança para o digital tem possibilitado um desenvolvimento empolgante para o jornalismo. [O digital] significou novas maneiras de obter histórias - do nosso público, dos dados, das mídias sociais. Isso nos deu novas maneiras de contar histórias - com tecnologias interativas e agora com realidade virtual [...] e nos deu novas maneiras de nos envolver com nosso público, abrindo-nos para desafiar e debater. Mas enquanto as possibilidades para o jornalismo foram fortalecidas pelos desenvolvimentos digitais dos últimos anos, o modelo de negócios está sob grave ameaça, porque não importa quantos cliques você tenha, nunca será suficiente (VINER, 2016, tradução nossa).

Este artigo traz à reflexão uma proposta, ainda incipiente, de sistematização dos impactos sofridos pelo jornalismo enquanto campo social, sendo resumidamente classificadas, nesta proposição, a partir de três aspectos: os impactos de fundo tecnológico; os impactos de cunho fenomenológico e os impactos em termos de modelo de negócio. Para facilitar a compreensão, propõe-se o seguinte quadro:

Tipo do impacto	Causa(s)	Consequências
Fundo Tecnológico	algoritmos; convergência;	Instantaneidade; Superficialidade; Estetização
Fundo Fenomenológico	Pós-verdade	Decréscimo de capital simbólico (do jornalismo); relativização generalizada; decréscimo da função de <i>gatekeeper</i> e curador informacional (do jornalismo)
Fundo econômico-financeiro	Jornalismo grátis; concentração econômica	Algoritmos; Mídia e/ou Jornalismo "Caça-cliques"; concentração econômica; Deterioração profissional e deontológica;

Nota-se que há certa retroalimentação entre alguns fenômenos; outros são simultaneamente causas e consequências de si mesmos. No caso do impacto de fundo econômico-financeiro, percebe-se que a ciência dos algoritmos de monetização parece ser uma saída para a crise, mas leva o jornalismo a um deslocamento crucial de sua função, ao causar, em parte, as rupturas de fundo tecnológico que levam à sobreposição do estético, superficial e extravagante frente a outros critérios de noticiabilidade e a outros tipos de conteúdo, tão ou mais socialmente relevantes do que estes.

Esse contexto coloca à sociedade, também, um desafio. Enquanto o jornalismo era entendido classicamente como agente que exercia certa função de regulação, expondo e fiscalizando atos de outros campos e poderes instituídos, além de exercer importante papel em termos educativos, nos anos recentes ele vem declinando, pela série de razões já expostas neste artigo, de tais prerrogativas.

Para fazer frente a esse amálgama de novas e antigas tensões, Almeida, Doneda e Lemos (2018) recuperam sugestões interessantes de recente relatório formulado por iniciativa da Comissão Europeia:

- i) obter maior transparência na divulgação de notícias online, inclusive em relação a como os dados pessoais são usados para direcionar informações aos leitores;

-
- ii) promover competências em educação para a mídia ("media literacy"), a fim de auxiliar usuários a navegar num mundo com superabundância de informação;
 - iii) desenvolver instrumentos e ferramentas para que jornalistas, aliados a cidadãos, possam combater a desinformação;
 - iv) impulsionar a diversidade e a sustentabilidade dos meios de comunicação;
 - v) estimular estudos continuados sobre o impacto da desordem informacional, tratando deles com análises científicas (Almeida *et al.*, 2018).

Embora tal proposição passe de forma bastante superficial sobre a questão econômico-financeira, o que poderia subdimensionar a percepção do seu real impacto, e indique metas um tanto quanto etéreas, parece um caminho promissor a ser traçado, restando ainda saber como percorrê-lo.

Conclusões

A partir das reflexões trazidas à discussão, o presente artigo buscou traçar um caminho para estruturar a compreensão de três fenômenos cruciais para o jornalismo contemporâneo, nomeadamente a sedimentação da pós-verdade no horizonte social e particularmente sob o domínio do receptor; a emergência e a ruptura imposta pela questão tecnológica; e a maximização da tensão de ordem econômica ao campo do jornalismo. O quadro proposto é um ensaio conceitual, que poderá ser desenvolvido e aprofundado em novas abordagens.

Certo é que, ao converter a necessária ponta de ceticismo em uma negação absoluta da possibilidade de acordo acerca daquilo que é verdadeiro e o que não é, a pós-verdade traz para o campo do jornalismo um desafio quase existencial. A Educação poderá desempenhar papel promissor quanto a isso, como trazido pelo estudo da Comissão Europeia, ao promover competências em *media e digital literacy* entre adolescentes e jovens.

Já parece um tanto quanto consensual a hipótese de que a transição do impresso para o digital não é apenas uma questão de cunho tecnológico, perpassando e deslocando o eixo ético da comunicação mediada e provocando, ainda que

colateralmente, a desistência da busca pela verdade e a tolerância à mentira no circuito da notícia.

Ao mesmo tempo, parece que a contínua reflexão acerca de novas formas de financiar o jornalismo e evitar o domínio de conteúdos caça-cliques é igualmente necessária para maior compreensão das mudanças de fundo, tanto na própria mídia quanto em suas interfaces sociais.

Referências

ALMEIDA, V.; DONEDA, D. e LEMOS, R. Com avanço tecnológico, *fake news* vão entrar em fase nova e preocupante. **Folha de S. Paulo**, 08 abr. 2018, São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/com-avanco-tecnologico-fake-news-va-entrar-em-fase-nova-e-preocupante.shtml>

ECHEVARRÍA, B. Más ‘fact-checking’ contra la posverdad. **Cuadernos de Periodistas**, n.33, Madri. Disponível em <http://www.cuadernosdeperiodistas.com/mas-fact-checking-la-posverdad/>

HABERMAS, J. How to save the quality press? **Süddeutsche Zeitung**, 16 mai. 2007, Munique. Disponível em <http://www.signandsight.com/features/1349.html>

O ESTADO DE S. PAULO. Para empresários, mudança pode dar novo fôlego ao País. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-empresarios--mudanca-pode-dar-novo-folego-ao-pais,10000026729>

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VINER, K. How technology disrupted the truth. **The Guardian**, 12 jul. 2016. Disponível em <https://www.theguardian.com/media/2016/jul/12/how-technology-disrupted-the-truth>